


Anos 20, anos de crise

Apresentação do Módulo 7

 Atores sociais ou políticos: indivíduos que agem socialmente ou politicamente, interferindo nos rumos da sociedade.

A partir da década de 1920, muita coisa começou a mudar na República do Brasil. A marginalização política da maioria da população, característica da República Oligárquica, era cada vez mais questionada. Era cada vez mais difícil ignorar os novos atores, que insistiam em se fazer presentes na cena política, assim como suas reivindicações.

Neste módulo vamos conhecer esses novos atores e os caminhos cheios de conflitos que trilharam. Caminhos autoritários, que apenas em 1942 começariam a ter seus rumos alterados.

Apesar disso, entre 1920 e 1942, tanto os trabalhadores urbanos quanto seus direitos civis, sociais e políticos estiveram no centro das questões políticas daquele tempo. Um tempo marcado pelo crescimento das cidades e da indústria, pelo fortalecimento do Estado na figura do presidente Getúlio Vargas e pela incorporação dos trabalhadores urbanos no jogo político.



A modernização do país prosseguia, com indústrias tocadas por operários cada vez mais politizados.

O **Estado de Sítio** era uma medida, prevista na Constituição de 1891, que permitia ao governo federal (Poder Executivo) suspender quase todos os direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros e aumentar seu próprio poder. Para isso, era preciso a aprovação do Poder Legislativo (Câmara e Senado), sempre que se considerasse a ordem pública fortemente ameaçada.

Boa parte dos anos 20 no Brasil, especialmente durante o governo do presidente Artur Bernardes (1922-1926), foi vivida com o Estado de Sítio decretado.

Nesta aula vamos tentar entender por que os anos 20 deste século são lembrados como **anos de crise**.

Tempo de permanências e mudanças

Na década de 1920, novos personagens começavam a se fazer presentes no cenário da nossa História e fariam entrar em crise a República Oligárquica e a ordem constitucional de 1891.

Entretanto, a Constituição de 1891 permaneceu em vigor até 1930. Durante a década de 1920 foram empossados na Presidência da República, sucessivamente: Epitácio Pessoa (que governou de 1919 a 1922), Artur Bernardes (1922-1926) e Washington Luís (1926-1930). Todos os três deram prosseguimento à **política dos governadores**.

Portanto, permanecia a **política do café-com-leite** (predomínio das oligarquias paulista e mineira), a preponderância dos grandes fazendeiros, em especial dos cafeicultores paulistas, o coronelismo e a repressão às manifestações populares.

Além disso, a política econômica desses governantes estava tão direcionada à proteção dos interesses cafeeiros que quase não se preocupava com o desenvolvimento das outras atividades econômicas do país. Esse era o caso das indústrias e das atividades agropecuárias, voltadas para o mercado interno, que vinham ganhando importância com o crescimento das cidades.

Durante os anos 20, o governo sustentou, de forma permanente, os altos lucros dos fazendeiros de café, comprando os excedentes do produto nos negócios com o mercado externo.

Mas, apesar de tudo, a indústria seguia seu curso. Entre 1914 e 1918 ocorreu uma grande guerra entre os países industrializados da Europa. Como os interesses europeus se espalhavam por quase todo o mundo, essa guerra ficou conhecida como Primeira Guerra Mundial.

Durante a guerra, e logo depois dela, ficou quase impossível importar alguns artigos industrializados da Europa.

Sem a concorrência dos importados, as indústrias brasileiras começaram a produzir novos artigos e a fabricar mais daqueles que já eram produzidos aqui, fortalecendo bastante o crescimento industrial.

Crescem as cidades, surgem novos atores sociais

Com o crescimento urbano na década de 1920, vieram à cena dois importantes grupos sociais: o dos empresários industriais e o do operariado urbano.

Desde o início do século, os interesses dos industriais de vários pontos do país se articulavam no Centro Industrial do Brasil – CIB e no Centro das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – CIERJ, até então os principais do país.

Durante os anos 20, aumentaram as associações entre os empresários das indústrias. Eles perceberam, principalmente após a Primeira Guerra Mundial, que era importante limitar, pela cobrança de impostos, a importação de produtos industrializados concorrentes e, ao mesmo tempo, facilitar a compra no exterior de máquinas e equipamentos para suas fábricas.

Nesse contexto, foi criado em 1928 o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – CIESP, que teve atuação destacada na elaboração da política industrial brasileira nos anos 30.

Também os operários se fizeram presentes, de forma diferente, na cena política dos anos 10 e 20. Após as grandes greves de 1917 e 1918, intensificou-se ainda mais a repressão policial sobre os sindicatos e os jornais operários, especialmente aqueles de orientação anarquista.

Ao mesmo tempo, na década de 20, apareceram as primeiras tentativas do governo para interferir nas relações de trabalho, com a elaboração de leis.

Datam dos anos 20 as **primeiras leis sociais voltadas para o trabalhador**, como a lei sobre acidentes de trabalho (1919); a lei Elói Chaves, sobre aposentadoria (1923); e a Lei de Férias (1926).

Era o reconhecimento de que a questão operária existia e de que os movimentos dos trabalhadores produziam mudanças. Mas o governo não pressionava para que as leis fossem colocadas em prática e os empresários reagiam. Assim, tal legislação pouco alterou a situação da classe operária.

Além disso, na Europa, durante a Primeira Guerra Mundial, uma revolução feita por operários e camponeses tomou o poder na Rússia em 1917. A chamada **Revolução Russa**, liderada pelo Partido Comunista, teve influência nos movimentos operários em todo o mundo.

No Brasil, o Partido Comunista foi criado em 1922 e, desde então, tornou-se força importante no movimento operário brasileiro, junto dos anarquistas e socialistas. No entanto, comunistas e socialistas tinham idéias diferentes das idéias anarquistas sobre a importância dos partidos políticos e das eleições para os interesses operários.

Em 1928, lideranças operárias, socialistas e comunistas, formaram o Bloco Operário e Camponês, buscando influir nas eleições que se aproximavam.

Havia grupos de intelectuais que começavam a criticar a ordem oligárquica dominante e que expressavam, pelas artes plásticas, música e literatura, seu desejo de mudança. Esses grupos participaram do **Movimento Modernista**. Em busca da alma do povo brasileiro, as teorias racistas começaram a perder adeptos, bem como a imitação pura e simples de tudo que fosse europeu.

Outros intelectuais entendiam que o Brasil precisava de um Estado forte e intervencionista (com muitos poderes para interferir na vida das pessoas). Criticando o poder dos coronéis sobre o eleitorado rural e a **política dos governadores**, esses intelectuais acreditavam que só um governo forte seria capaz de guiar o povo e de resolver os problemas do país. A experiência da Primeira República era, para eles, o melhor exemplo de falência da democracia liberal.

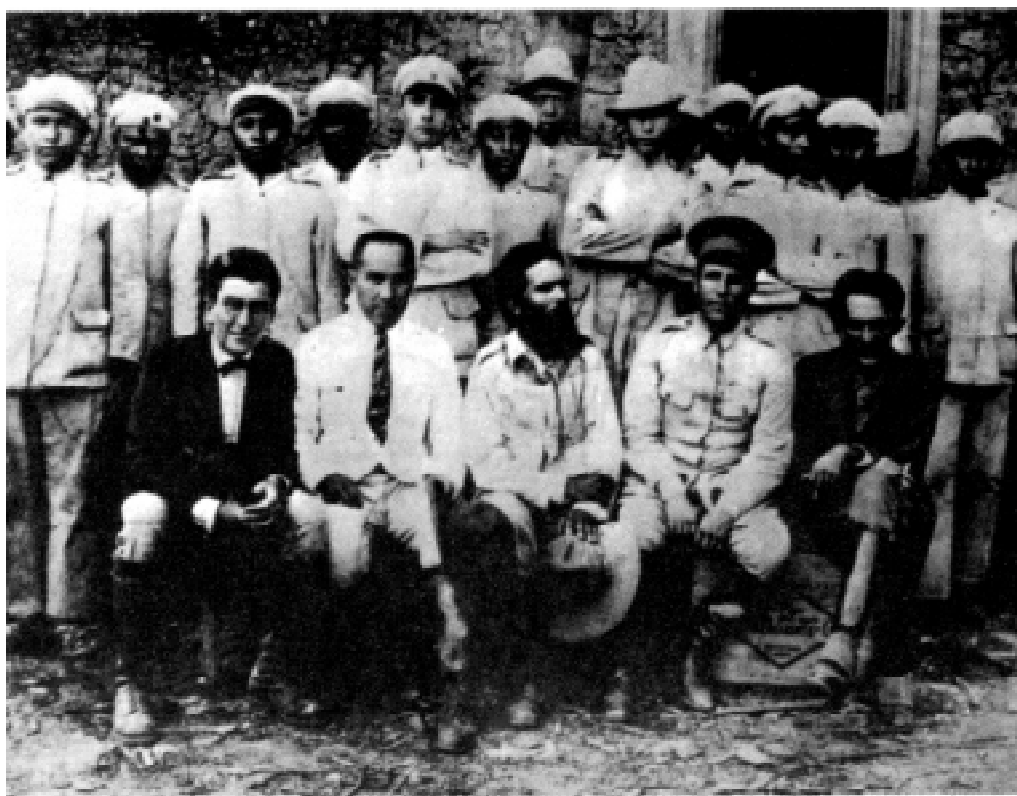
O descontentamento com a política da Primeira República atingia de forma também marcante alguns grupos de militares do Exército brasileiro. Seus oficiais, especialmente os mais jovens (os tenentes), lançaram-se num movimento, conhecido como **Tenentismo**, que promoveu revoltas e rebeliões em vários estados e cidades do país.

A **Revolta do Forte de Copacabana**, no Rio de Janeiro, em 1922, marcou o início do Movimento Tenentista. Numa manifestação pelo cumprimento das leis constitucionais e pelo fim da corrupção, dezenas de tenentes enfrentaram as tropas do governo. Dezesesseis deles foram mortos.

Dois anos depois (1924) ocorreu novo levante tenentista, desta vez em São Paulo, seguido de revoltas em Minas Gerais, Sergipe, Pará e Rio Grande do Sul. Todas foram sufocadas pelo governo.

Os revoltosos de São Paulo e do Rio Grande do Sul conseguiram fugir e formaram a **Coluna Prestes**. A Coluna chegou a reunir entre 800 e 1.000 integrantes. Sob a liderança de Luís Carlos Prestes e Miguel Costa, seus participantes percorreram, durante dois anos, cerca de 24 mil quilômetros pelo interior do Brasil.

A Coluna Prestes esperava mobilizar a população para uma revolta militar contra o governo, o que não aconteceu. Nem sempre os integrantes da Coluna eram bem aceitos ou compreendidos pela população do interior. Tiveram de enfrentar, também, os ataques das forças governistas e até mesmo dos capangas dos coronéis. Mas, nas cidades, o prestígio dos revoltosos crescia. Luís Carlos Prestes era chamado pelos jornais de “O Cavaleiro da Esperança”.



Luís Carlos Prestes passou a ser chamado de “O Cavaleiro da Esperança”.

Do descontentamento à crise política: a Revolução de 30

Final dos anos 20. O governo Washington Luís chegava ao fim de seu mandato. Era hora de indicar o sucessor. Como determinava a **política do café-com-leite**, era a vez de Minas Gerais indicar o Presidente da República. Porém, o indicado por Washington Luís foi novamente um paulista – Júlio Prestes.

Era o rompimento entre Minas Gerais e São Paulo. Essa crise abriu espaço para um candidato de oposição: o gaúcho Getúlio Dorneles Vargas, tendo como vice o presidente do estado da Paraíba, João Pessoa. Getúlio Vargas e João Pessoa foram apoiados pela **Aliança Liberal**, que reunia os partidos republicanos de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e da Paraíba.

O programa de governo da Aliança Liberal incluía o estabelecimento do voto secreto, a Justiça Eleitoral e a anistia política. Com isso, ela conquistou a simpatia da população das grandes cidades, bem como o apoio dos tenentes. A candidatura de Getúlio Vargas agradava também aos interesses das oligarquias ligadas ao mercado interno, como os pecuaristas mineiros e gaúchos.

Apesar de todo o apoio obtido pela Aliança Liberal, foi mesmo o paulista Júlio Prestes quem se elegeu, obtendo a maioria dos votos. Como era de costume, os candidatos a deputados em minoria (eleitos pela Aliança Liberal) não tiveram suas eleições reconhecidas pelo Poder Legislativo.

Não satisfeito, Washington Luís ainda deu apoio à revolta do município de Princesa, na Paraíba, contra o governo João Pessoa. O assassinato de João Pessoa precipitou a crise.

A atitude do governo Washington Luís convenceu as oligarquias derrotadas de que era preciso romper com a ordem constitucional. Antônio Carlos de Andrada, presidente do estado de Minas Gerais, obteve apoio para a idéia com as seguintes palavras: “*é preciso fazer a revolução antes que o povo a faça*”.

Assim, no dia 3 de outubro de 1930, iniciou-se um movimento político-militar para a derrubada do Governo. Diante do crescimento do movimento em todo país, o Alto Comando das Forças Armadas decidiu interferir e promoveu a deposição de Washington Luís da Presidência da República.

No dia 23 daquele mesmo mês, Getúlio Vargas chegava ao Rio de Janeiro como chefe do governo provisório.



O tempo não pára

Os acontecimentos que resultaram na queda de Washington Luís e na posse de Getúlio Vargas como Presidente da República ficaram conhecidos como a **Revolução de 30**. Com ela, rompia-se definitivamente a ordem constitucional que vigorava desde 1891.

A Aliança Liberal reunia vários setores da sociedade brasileira, unidos pela crítica à ordem oligárquica, mas bem diferentes entre si. Seria possível ao governo revolucionário atender a interesses tão diferentes?

Relendo o texto

Exercícios

Leia novamente o texto desta aula, sublinhe as palavras que não entendeu e procure seu significado, no dicionário ou no vocabulário da Unidade.

1. Releia **Tempo de permanências e mudanças** e identifique uma característica de continuidade e outra de mudança da década de 1920.
2. Releia **Crescem as cidades, surgem novos atores sociais** e identifique dois novos atores sociais no cenário político dos anos 20.
3. Releia **Do descontentamento à crise política: a Revolução de 30** e reproduza o trecho que descreve o programa político da Aliança Liberal.
4. Dê um novo título a esta aula.

Fazendo a História

Antônio Carlos de Andrada, presidente do estado de Minas Gerais, seria o sucessor “natural” de Washington Luís, dentro da política do café-com-leite. No entanto, esse político passou a fazer parte da Aliança Liberal.

E é dele a seguinte frase:

“Façamos a Revolução, antes que o povo a faça.”

Agora, responda:

1. O que expressa a frase do presidente de Minas Gerais?
2. Por que o povo não deveria fazer a Revolução?

